

*5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 17.02.2012

3.2. - 29.02.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES

. E.B.1 Alfarelos - Arranjos Exteriores

- Escolha do Procedimento Prévio

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. Reordenamento da Rede Escolar - Ano Lectivo 2012/2013

. Proposta de Suspensão de Escolas do 1.º CEB

- Parecer

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. APOIO AO DESPORTO

. Campeonato Nacional de Jovens de Xadrez

- Instituto Pedro Hispano

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

Ponto 7. CULTURA

- . REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”
- . Programa de Valorização do Espaço Muralhado de Soure
 - Projectos de Especialidades
- . Adjudicação

Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . APOIO À REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS
- . Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
 - Protocolo de Colaboração/Candidatura
- . Aprovação

Ponto 9. ACÇÃO SOCIAL

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
 - Programa de Tele-Assistência a Idosos

Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- . Investimento Efectuado, em Curso e em Plano/Projecto
 - Balanço do 2.º Semestre /2011 (E.D.P.)

Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
- . Passeios na Encosta do Sol - Soure
 - Adjudicação

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . OFICINAS E ARMAZÉNS
- . Construção do Refeitório/Vestiários e WC
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 13. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Desvio de Conduta no IC2 no Cruzamento do Caminho, Casconho/Baixos
 - Adjudicação

Ponto 14. AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA N.º 2986, DENOMINADA SERRA DO CARVALHAL

- . Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure
 - Proposta

Ponto 15. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

- . Proposta de Lei n.º 44/XII.
 - Resolução do Conselho Directivo da ANMP

Ponto 16. REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

- . Ensaio
 - Delegação de Soure da Ordem dos Advogados

Ponto 17. Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

*** EDUCAÇÃO/CULTURA**

Recebi esta semana um antigo colega, enquanto Professor do Ensino Secundário, da área da Geografia, o Senhor Dr. Carlos Silva... De há uns tempos a esta parte, ele resolveu, embora resida em Coimbra, “abraçar” todo o maciço do sicó como elemento central na sua vida... Depois de vários anos, de múltiplas horas a palmilhar todo o maciço, apresentou, em tempo recorde, um Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura - Um Estudo de Turismo da Serra do Sicó... Este trabalho obteve, perante um colégio que o apreciou, a classificação excepcional de vinte valores!!!... De facto, um Doutoramento com um notável resultado, normalmente só atribuído a Professores Universitários... Naturalmente, desafiei-o para que não ficasse por aqui... Pode ser muito útil para as Terras de Sicó, e, naturalmente, para o Concelho de Soure!!!... Releve-se a importância crescente do Turismo Rural, mas, cada vez mais virado para a vertente cultural e histórica...

*** CIM - B M – Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego**

Naquilo que foi o universo dos investimentos contratualizados entre a CIM - BM e a CCDRC... Independentemente de valores absolutos, em Soure, os investimentos, apesar de tudo, estão a decorrer com a normalidade possível... Neste momento, em termos de controle de execução nós já estamos com 75,1%... Observe-se que, no conjunto dos dez Municípios, estamos em quarto... Consideramos tratar-se de um elucidativo bom indicador...

* No último Jornal Popular de Soure saiu uma notícia com o título “Desemprego em Soure cresceu 14% em seis meses...”este assunto, como é hábito, será abordado numa das próximas reuniões de Câmara... de qualquer maneira, importará chamar a atenção do seguinte: os seis meses em causa, dizem respeito ao período compreendido entre Agosto de 2011 e Janeiro de 2012... Está-se assim a comparar um mês de Época “Alta” (Agosto) com um mês de Época “Baixa” (Janeiro)... Isto

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Março de 2012

é, trata-se de uma comparação atípica, para não a adjectivar de outra forma!!!... Pois, normalmente, comparam-se evoluções em períodos homólogos...

Porém, importará ainda referir que quando se passa do título de 1.ª página para o desenvolvimento da notícia numa página interior, é dito “o Concelho de Soure registava em Janeiro deste ano 848 desempregados, representando um aumento de 14%, relativamente a Agosto de 2011. Contudo, trata-se da evolução mais baixa no Distrito de Coimbra, de acordo com a União dos Sindicatos de Coimbra. De acordo com aquela estrutura sindical, o Distrito de Coimbra contava em Janeiro com 23.232 desempregados, tendo registado uma evolução de 27,9%, isto é, o Distrito agravou 27,9%: Arganil foi o Concelho que maior evolução registou 51,8%... Condeixa-a-Nova registou um aumento de 28,4%, Montemor-o-Velho 23,1%, Figueira da Foz 29,5%...” ou seja, num Distrito cujo desemprego neste período cresceu em média 28%, em Soure cresceu metade da mesma, tendo sido, ainda assim, o Concelho com melhor desempenho, ou se quisermos, com menos mau desempenho!!!... Aliás, trata-se de um resultado coerente com ao que o Concelho tem vindo a apresentar no que toca à evolução de desemprego desde 2005... Sempre um dos melhores do Distrito, sendo que de 2005 a 2009, com diminuição absoluta do número de desempregados... O título da notícia de primeira página no jornal do Concelho de Soure não é de que fomos o Concelho com melhor desempenho ou menos mau desempenho!... Vá lá saber-se porquê?... De facto, trata-se de um título com duvidosa honestidade intelectual, pois bastará compará-lo com o desenvolvimento da notícia!!!...

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “no dia 04 de Março, a Associação Social Recreativa e Cultural da Pouca Pena em parceria com o Grupo de Gaiteiros local promoveram o 2.º Encontro de Gaiteiros. Participaram 14 Grupos de vários pontos do País, desde grupos com cariz mais tradicional e outros com estilo mais vanguardista, com uma maior complexidade musical. Este encontro mobilizou muito público. Estando, também, subjacente uma forte tradição do nosso Concelho para esta vertente cultural/musical. É bom recordar grupos que, em tempos passados, tiveram grande visibilidade, nomeadamente os Gaiteiros do Casconho, o Grupo mais antigo do nosso Concelho, tudo indica, que surgiram no início do século passado. Também o Grupo de Gaiteiros “Os Atómicos” com um estilo diferente, com outras influências musicais, iniciaram a sua actividade nos anos sessenta e terminaram por volta dos anos noventa. Naturalmente que existiram muitos outros grupos, mas são estes dois grupos as principais referências do nosso Concelho. Hoje estamos perante

**5.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012**

uma nova geração com outros conhecimentos e objectivos que se complementam/articulam muito com os grupos mais tradicionais. Por tudo o que acabei de referir, fez e faz todo o sentido, que estas festas culturais se realizem no nosso Concelho.

No dia 11 de Março, a Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha organizou a VII Mostra do Vinho Novo da Freguesia. Como sabemos a Freguesia da Vinha da Rainha tem boas condições para a produção do vinho, tem pessoas muito motivadas e interessadas nesta temática. Participaram doze produtores que apresentaram vinhos com qualidade, saboreados por muitas pessoas que ocorreram à VII Mostra. Foi uma iniciativa interessante, como sabemos a vinha e o vinho estão muito associados à nossa cultura e às nossas tradições. O vinho é também um produto promotor da socialização. Mais uma vez, a Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha está de parabéns pela promoção desta iniciativa.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “estive presente no 134.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Recreativa e Beneficente Vilanovense. Do programa fez parte um almoço comemorativo, seguido de um concerto.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 17.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

3.2. - 29.02.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
. E.B.1 Alfarelos - Arranjos Exteriores
- Escolha do Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
E.B.1 ALFARELOS – ARRANJOS EXTERIORES
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **16.250,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica **02.02.07.01.03.05** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **01 002 2012/ 14**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. JÚRI

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Parqueadora Sourense – Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda;**
- **Euroténis – Equipamentos Desportivos, Lda;**
- **Gadanha 2 – Construções, Lda.**

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
13.03.2012

Despacho:
À Reunião de Câmara.
13.03.2012
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
despacho de 06.11.2009

e

Assunto: Educação
Ensino Básico e Secundário - Conservação/Reparação de Centros Escolares
E.B.1 Alfaiates - Arranjos Exteriores

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervir.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de 16.250,00 € + IVA.

Deste modo, propõe-se que seja aplicado um pavimento de segurança em placas de borracha SBR, com 1mx1m, com características de absorção de impacto, na zona assinalada em planta.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Directo, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. Parquadora Sourense – Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda.;
2. Euroténis – Equipamentos Desportivos, Lda.;
3. Gadanha 2 – Construções, Lda.

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
2012.03.09

Parecer:
Concordo. À consideração superior.
(Mário Monteiro, Eng. - Chefe de Divisão O.P.M.)
2012.03.13

**5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

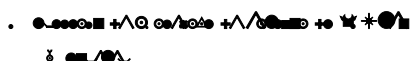

- . Reordenamento da Rede Escolar - Ano Lectivo 2012/2013
- . Proposta de Suspensão de Escolas do 1.º CEB
- Parecer

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

Assunto: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO

REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR - ANO LECTIVO 2012/2013

- . 
- . 

A Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) procedeu à sinalização de Escolas Básicas que, no Ano Lectivo 2011/2012, apresentam uma frequência inferior a 22 alunos.

Neste quadro, através do ofício n.º S/5735/2012, de 01.03.2012, apresentou uma Proposta de Suspensão, para o Ano Lectivo 2012/2013, da EB1 do Sobral, tendo solicitado a emissão de Parecer da Autarquia.

Relativamente à **EB1 do Sobral**, observe-se o seguinte:

- No Ano Lectivo 2012/2013, haverá um aumento do número de Alunos de 21 para 24, pelo que esta Escola nem sequer devia ser objecto de análise, uma vez que não se enquadra na Portaria n.º 1181/2010, de 16 de Novembro, que remete para os Princípios de Reordenamento da Rede Escolar constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 Junho, segundo a qual “as Escolas do 1.º CEB devem funcionar com, pelo menos, 21 alunos”;
- Foi alvo de uma requalificação profunda durante os últimos anos, garantindo muito razoáveis condições de Ensino/Aprendizagem;
- Funciona como Centro Escolar, integrando no mesmo edifício o Jardim de Infância do Sobral;
- Integra a Rede de Bibliotecas Escolares, funcionando a Biblioteca Escolar em espaço autónomo;
- O Serviço de Apoio à Família funciona em boas condições, em Equipamentos Sociais, que recentemente também foram alvo de reabilitação/requalificação, justamente para acolher com qualidade este Serviço;

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Março de 2012

- De acordo com a priorização decorrente da Carta Educativa aprovada, ainda não foi possível realizar o investimento previsto na Construção/Requalificação/Ampliação da EB 1 de Soure/EBS Martinho Árias - Escola de Acolhimento;
- Impossibilidade económica e logística da Autarquia para assegurar/effectuar o transporte dos alunos.

De referir as seguintes “chamadas de atenção /observações”:

- Nos últimos catorze anos, encerraram, no Município de Soure, 27 Escolas do 1.º CEB e 1 Jardim de Infância, sempre com a concordância dos agentes envolvidos - Autarquia, Pais e Encarregados de Educação, Juntas de Freguesia e Ministério da Educação.
- O princípio subjacente à suspensão passou sempre pela ponderação de condições fundamentais, designadamente, o número de alunos, a qualidade dos serviços a assegurar para responder às necessidades das crianças a deslocar, com particular atenção para o Transporte Escolar, bem como as respostas das Escolas de Acolhimento, quer a nível da Componente Educativa, quer de Apoio à Família.
- De acordo com o que está previsto na Carta Educativa do Concelho de Soure, aprovada e homologada em Maio de 2007, a Suspensão de Escolas do 1.º CEB nunca deverá assentar numa mera mudança de alunos de uma Escola para outra com as mesmas condições, antes deverá ter sempre em conta que, ao encerrar uma Escola, os seus alunos frequentarão um equipamento com melhores e mais adequadas condições às exigências pedagógicas e familiares actuais.
- A Autarquia tudo irá continuar a fazer para prosseguir a melhoria das condições pedagógicas e de apoio à família dos alunos do Concelho de Soure... processo este que deverá continuar também a assentar na Reorganização da Rede Escolar, mas, nos termos previstos/definidos na Carta Educativa e, tanto quanto possível, numa ambiência de paz social.

Releve-se que, sobre este processo, também o representante do Agrupamento de Escolas de Soure expressou Parecer semelhante.

Neste quadro, propõe-se que a Câmara Municipal aprove emitir **Parecer Desfavorável** ao encerramento da **EB1 do Sobral**, no **Ano Lectivo 2012/2013**, nos termos dos fundamentos atrás aludidos.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
08.03.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

**5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Parecer Desfavorável apresentada pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----


Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . APOIO AO DESPORTO
- . Campeonato Nacional de Jovens de Xadrez
- Instituto Pedro Hispano

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

Assunto: 

- .  
- . 

A Academia de Xadrez Pedro Hispano – Soure tem vindo a desenvolver uma actividade regular e sistemática, potenciadora de um conjunto de competências pessoais e sociais, para além de uma saudável ocupação dos tempos livres dos jovens que o frequentam.

A qualidade da sua dinâmica tem vindo a ser reconhecida por diferentes Instituições, entre elas a Câmara Municipal de Soure e a Federação Portuguesa de Xadrez.

O Instituto Pedro Hispano é, actualmente, Escola de Referência Desportiva de Xadrez.

Esta Academia está também incluída no Apoio Regular ao Funcionamento da Câmara Municipal.

A Academia de Xadrez Pedro Hispano – Soure vai participar no CAMPEONATO NACIONAL DE JOVENS DE XADREZ, a decorrer em Torres Vedras, de 25 a 29 de Março de 2012. Integram a comitiva da Academia 25 Jovens e 2 Adultos.

Esta participação envolve custos no montante global de 4.320,00 euros para os quais o Instituto Pedro Hispano solicitou um apoio económico como complemento ao do Instituto Pedro Hispano e ao dos Encarregados de Educação dos Alunos.

Considerando a importância e pertinência do envolvimento numa Escola do Concelho de Soure numa iniciativa de carácter desportivo de âmbito Nacional, propõe-se que, no âmbito do Apoio ao Desporto, previsto nas Grandes Opções do Plano PPI e AMR - e Orçamento para 2012, a Câmara Municipal autorize um apoio de 1.250,00 euros, correspondente a $\approx 30\%$ das despesas previstas.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
13.03.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

**5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, isto é, de atribuição de um apoio no valor de 1.250,00 euros.-----

Ponto 7. CULTURA

- . REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”
- . Programa de Valorização do Espaço Muralhado de Soure
 - Projectos de Especialidades
 - . Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: CULTURA

- REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”
- Programa de Valorização do Espaço Muralhado de Soure
 - Projectos de Especialidades
 - . Adjudicação

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 27.01.2012, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

O Relatório Final mantém a proposta de ordenação constante do Relatório Preliminar:

Empresa	Valor
D-Solution, Lda	14.600,00 €
Estúdio 02, Gabinete de Arquitectura e Urbanismo Lda.	14.860,00 €
Projedomus, Lda.	14.952,00 €

Durante a fase de audiência prévia, efectuada nos termos do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, nenhum dos concorrentes notificados se pronunciou sobre o Relatório Preliminar.

Tendo em conta o critério de adjudicação - o do mais baixo preço - o Júri propõe, no seu Relatório Final, a adjudicação do presente serviço à empresa “D-Solution, Lda.”.

De acordo com o n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato do presente serviço será reduzido a escrito.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A homologação do Relatório Preliminar e Final;
2. A aprovação da minuta do contrato;
3. A adjudicação do presente serviço à empresa “D-Solution, Lda.”;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 14.600,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
29.02.2012

Despacho:
Adjudique-se.
À Reunião de Câmara, para ratificação.
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
29.02.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
. APOIO À REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS
. Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
- Protocolo de Colaboração/Candidatura
. Aprovação

O Senhor Presidente referiu que: “a Câmara Municipal de Soure, há já alguns anos, mesmo sem Programa Nacional de suporte, criou um “Programa Municipal” no âmbito do qual fomos colaborando na resolução de problemas de graves carências habitacionais, de agregados sinalizados como tendo grande fragilidade social... Lembrar-se-ão que temos vindo a apoiar, em média, quatro/cinco casos por ano, cada um com cerca de 2.500,00 euros em transferências de capital, sendo que temos também cedido apoio técnico e materiais... Agora, trata-se da aprovação de uma nossa Candidatura ao Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)... Quer isto dizer que, durante o prazo de um ano, iremos ter a possibilidade de continuar a apoiar um conjunto de casos que eventualmente surjam, de acordo com as regras definidas no correspondente Protocolo de Colaboração... Todos nós gostaríamos que não existissem quaisquer casos, mas, uma vez sinalizados, poderão vir a ter um apoio partilhado entre a Câmara Municipal e o Instituto de Segurança Social, ao abrigo deste programa... Assim, aquilo que é proposto é que se aprove a ratificação da subscrição do correspondente Protocolo de Colaboração.”

**5.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação da subscrição do Protocolo de Colaboração com o Instituto de Segurança Social, IP.-----

Ponto 9. ACÇÃO SOCIAL

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**
- Programa de Tele-Assistência a Idosos**

Foi proposto a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**
- PROGRAMA DE TELE-ASSISTÊNCIA A IDOSOS**

A Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) propôs aos dez Municípios que a integram - Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor, Mortágua, Penacova e Soure -, o lançamento de um Programa de Tele-Assistência a Idosos, com o objectivo de combater a Solidão e o Isolamento e contribuir para uma maior segurança e bem estar de Munícipes que se encontrem naquele quadro de vulnerabilidade.

No dia 15 de Fevereiro de 2012, decorreu uma reunião para apresentação dos produtos disponíveis no mercado, pelas duas empresas existentes, Help Phone e T-Care.

Trata-se de um Sistema de Atendimento Telefónico, 24 horas por dia, através de um equipamento do tipo de um relógio de pulso ou colar que funciona com um simples premir de um botão, que faz activar uma base de tele-assistência, estabelecendo o contacto imediato com uma Central de Assistência que reconhece os dados da pessoa que ligou. Esses dados são recolhidos no momento da adesão ao sistema.

O utente pode solicitar diversos tipos de ajuda: médica, enfermagem, farmacêutica, segurança, assistência ao lar ou, simplesmente, uma voz amiga para conversar e combater a solidão.

No dia 8 de Março, houve nova reunião onde foi dado conhecimento a todos os Municípios da CIM-BM de que as duas empresas se disponibilizaram a fornecer os respectivos Serviços a 10 utentes por Município (5 por empresa), em regime experimental, gratuitamente, pelo período de três meses, a partir do dia 1 de Abril.

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

Antes do terminus deste período, a CIM-BM procederá à contratação do serviço à empresa que assegurar o melhor desempenho no período experimental, por forma a que os utentes não tenham que interromper o serviço de que estão a usufruir.

Neste quadro, propõe-se que:

- O Gabinete de Acção Social Municipal proceda à indicação à CIM-BM, dos dez utentes do Município de Soure, de acordo com o levantamento concelhio efectuado junto da Rede Social do Concelho, designadamente, das IPSS;
- O Município de Soure venha a aderir a este Programa, o que pressupõe um custo estimado de 10€/mês por utente, mediante a subscrição de um Protocolo em fase de elaboração pela CIM-BM.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
12.03.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo Senhor
Presidente da Câmara, Despacho de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Intenção de Adesão ao Programa de Tele-Assistência a Idosos, bem como a Indicação de 10 Idosos do Município para a participação no Período Experimental.-----

Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 . ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 . Investimento Efectuado, em Curso e em Plano/Projecto
 - Balanço do 2.º Semestre /2011 (E.D.P.)

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
 . Passeios na Encosta do Sol - Soure
 - Adjudicação

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
PASSEIOS NA ENCOSTA DO SOL - SOURE
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 17.02.2012 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Gadanha Pavimentos, Lda	6.996,95 €	15 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (7.000,00), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**;

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **6.996,95 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
12.03.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . **OFICINAS E ARMAZÉNS**
- . **Construção do Refeitório/Vestiários e WC**
 - **Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
OFICINAS E ARMAZÉNS
CONSTRUÇÃO DO REFEITÓRIO / VESTIÁRIOS E WC
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **16.12.2010**, à empresa **J.B. Pires Construções, Lda**, pelo valor de **114.175,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
06.03.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 13. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . **CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE**
- . **Desvio de Conduta no IC2 no Cruzamento do Caminho, Casconho/Baixos**

**5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012**

- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA**
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
DESVIO DE CONDUTA NO IC2 NO CRUZAMENTO DO CAMINHO DO CASCONHO / BAIXOS
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 17.02.2012 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Pinto & Brás, Ldª	13.803,10 €	5 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (13.844,00), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Pinto & Brás, Ldª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP –.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP –.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Pinto & Brás, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **13.803,10 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
09.03.2012

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012***

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Presidente, Dr. João Gouveia.-----

**Ponto 14. AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA N.º 2986, DENOMINADA SERRA DO CARVALHAL
. Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure
- Proposta**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure
- Alteração do n.º 3 do art.º 47º do Regulamento do PDM
- Alteração à planta de ordenamento

Na sequência da retificação ao artigo 47 do Regulamento do Plano Director Municipal (PDM), aprovada na reunião ordinária da Câmara de 23 de Fevereiro de 2011 e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15 de Abril de 2011, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, CCDRC, através do ofício DOTCN 950/11 de 25/05/2011, alertou para a necessidade de alterar a Planta de Ordenamento ampliando a área de “Espaços de Indústrias Extrativas”, a desencadear e desenvolver com base nos artigos 93º e 96º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, o qual será objeto de parecer da CCDRC e das demais entidades representativas dos interesses a ponderar, em conferência de serviços nos termos dos artigos 75º-C e 75º-A do referido regime jurídico.

No estudo detalhado efetuado à pedreira para ampliação da área, verificou-se que tem no seu perímetro indústrias associadas, cujo licenciamento só será possível com uma nova redação ao n.º 3 do artigo 47 do regulamento.

Considerou-se pertinente juntar as duas situações numa única alteração ao PDM, de acordo com a proposta que se anexa.

Considerando:

- A informação jurídica de suporte;
- O diálogo regularmente mantido com a CCDRC;
- A necessidade de adequar o ordenamento do território à realidade socio económica;

Sugere-se a aprovação da alteração parcial ao PDM de Soure de acordo com a proposta apresentada.

À Consideração Superior
Maria José O. Carvalhão – Eng^a
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento
28.02.2012

e

Assunto: Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure (n.º 3 do artigo 47.º do Regulamento e alteração à planta de ordenamento à escala 1/25 000)
Ampliação de pedreira (projeto n.º 2986) sita na Serra do Carvalhal
Proposta à Câmara Municipal de Soure

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Março de 2012

Conforme me foi solicitado por V.Exa. e, no seguimento do ofício n.º DOTCN 950/11, de 25/05/2011, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, ponto 2, parágrafo terceiro, que alerta para a necessidade de alterar a planta de ordenamento para ampliação da área de “espaços de indústrias extrativas” uma vez que o espaço envolvente, pela sua classificação, respectiva regulamentação e restrições de utilidade pública, não admitem, atualmente a pretensa ampliação da pedreira existente, informo o seguinte:

1. Como foi referido pela CCDRC, o procedimento adequado para resolver a situação é o da alteração ao PDM;
2. A alteração parcial ao PDM enquadra-se na alínea a) do n.º 2 do art.º 93.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09 que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)¹;
3. Este preceito legal determina que a alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial pode decorrer da *“evolução das condições económicas, sociais e ambientais que lhes estão subjacentes e que fundamentam as opções definidas no plano, desde que revista carácter parcial, designadamente se restrinja a uma parte delimitada da respectiva área de intervenção”*;
4. Com a pretensa alteração é dado cumprimento ao disposto no n.º 1 do art.º 95º do RJIGT, porquanto decorreram mais de 3 anos desde a data de entrada em vigor do PDM.²;
5. O n.º3 do art.º 47.º do Regulamento do PDM de Soure apresenta a seguinte redação:
“3-Admite-se a instalação de indústrias da classe B nos locais das indústrias extractivas desde que exclusivamente de apoio a estas indústrias”.
6. Assim, além da alteração à planta de ordenamento do PDM com a previsão do aumento da área de categorias de solos “zona de indústria extrativa” deverá ainda ser alterada a redação do referido n.º3 do art.º 47.º, sendo sugerida a seguinte alteração:
“3-Admite-se a instalação de indústrias nestes espaços, desde que de apoio à indústria extrativa ou dependentes da matéria-prima”.

Em face do exposto,

- a. A elaboração da alteração ao PDM compete à Câmara Municipal (RJIGT n.º1 do art.º74.º), sendo determinada por deliberação a publicar na 2ª.Série do Diário da República (RJIGT alínea b) do n.º4 do art.º 148.º) e a divulgar através da comunicação social e na página da Internet (RJIGT n.º2 do art.º 149.º);
- b. A referida deliberação, tomada em reunião pública, deverá estabelecer:
 - i. Os objetivos a prosseguir com a alteração do PDM (RJIGT alínea a) do n.º3 do art.º 6.º);
 - ii. O prazo de elaboração da alteração (RJIGT n.º 1 do art.º74.º). Propõe-se um prazo de 180 dias;
 - iii. O prazo para o período de participação pública preventiva³ (RJIGT n.º2 do art.º 77.º) Propõe-se um prazo de 15 dias;

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Março de 2012

- iv. Que a alteração proposta não será sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica, se for esse o caso, atendendo ao n.º 4 do art.º 96.º do RJGT e ao facto do projeto de ampliação da pedreira já dispor de Declaração de Impacte Ambiental.

À consideração superior,
A técnica superior,
(Dulce Helena Rocha Vieira)
2011-12-22

¹Alterado e republicado pelo D.L. n.º 46/2009, de 20/02 com a redação que lhe foi conferida pelo D.L.n.º181/2009, de 07/08 e D.L. 2/2011, de 06/01.

²Ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/94, publicada no Diário da República, I Série B n.º 172, de 27/07/2004, alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 135/97, publicada no Diário da República, I Série -B, n.º 187, de 14/08/97 e 163/2000, publicada no D.R. I Série - B n.º 268, de 20/11/2000 e aviso n.º 13812/2011, publicado no Diário da República, II Série, n.º128, de 6/07/2011.

³O prazo não deve ser inferior a 15 dias, destinado à formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração do Plano.

Proposta

Assunto: Terceira alteração parcial ao Plano Diretor Municipal de Soure

Alteração ao n.º 3 do art.º 47º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Soure e Planta de Ordenamento à escala 1/25 000

1. ENQUADRAMENTO

O presente documento consubstancia e fundamenta a necessidade de se proceder a uma alteração parcial ao Plano Diretor Municipal de Soure, em vigor, que se traduz numa alteração ao n.º3 do art.º 47º do Regulamento e alteração à planta de ordenamento do referido Plano ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/94, publicada no Diário da República, I Série B n.º 172, de 27/07/2004, alterado pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 135/97, publicada no Diário da República, I Série -B, n.º 187, de 14/08/97 e 163/2000, publicada no D.R. I Série - B n.º 268, de 20/11/2000 e aviso n.º 13812/2011, publicado no Diário da República, II Série, n.º128, de 6/07/2011.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL DA ALTERAÇÃO AO PLANO

A alteração parcial ao Plano Diretor Municipal (doravante designado PDM), enquadra-se na alínea a) do n.º 2 do art.º 93º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT)¹.

Este preceito legal determina que a alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial pode decorrer da “*evolução das condições económicas, sociais e ambientais que lhes estão subjacentes e que fundamentam as opções definidas no plano, desde que revista carácter parcial, designadamente se restrinja a uma parte delimitada da respectiva área de intervenção*”.

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Março de 2012

É dado cumprimento ao disposto no n.º 1 do art.º 95º do RJIGT, porquanto decorreram mais de 3 anos desde a data de entrada em vigor do PDM.

3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PDM

Decorridos já vários anos sobre a entrada em vigor do PDM e perante a evolução das condições sócio - económicas e ambientais que determinaram a aprovação daquele Instrumento de Gestão Territorial, verifica-se a necessidade de proceder à sua alteração parcial.

O projeto de ampliação da Pedreira nº 2986, “Serra do carvalho” pretende ampliar a área de exploração de 6 hectares para 46,2 hectares, para uma área adjacente a solos já classificados como zona de indústria extrativa na planta de ordenamento do PDM.

Nos anos de 2006/2007 decorreu um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, que terminou com a emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA), desfavorável, pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, em 27 de Fevereiro de 2007.

A emissão de DIA, desfavorável, foi fundamentada no teor do Parecer Final da Comissão de Avaliação, tendo em conta a incompatibilidade do projeto com os Instrumentos de Gestão Territorial, IGT, com destaque para os seguintes aspetos:

- O local do projeto encontra-se inserido em “Zona Agrícola e outras” e “Zona Florestal”, de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Soure, não estando previsto o uso de indústria extrativa nestas classes de espaço;

- A área do projeto insere-se em terrenos pertencentes à Reserva Ecológica Nacional (REN) – “Áreas com Risco de Erosão”, de acordo com a Carta da REN de Soure em vigor (RCM n.º 106, DR n.º 151, de 03/07/1997), não tendo o projeto enquadramento no regime legal daquela condicionante, dado que não cumpre cumulativamente os requisitos constantes da alínea b) do ponto V do anexo V do DL 180/2006, de 06/09.

A empresa LRP-Britas do Centro, SA apresentou, em 06 de Março de 2003, junto da Direção Regional da Economia do Centro (DREC), um pedido de adaptação ao abrigo do artigo 5.º do DL 340/2007, de 12 de Outubro, da parte da exploração da pedreira não titulada por licença.

A Câmara Municipal de Soure integrou o grupo de trabalho previsto na lei que analisou o pedido de adaptação.

Na sequência do trabalho desenvolvido pelo referido grupo, a DREC concedeu autorização de exploração, a título provisório, à firma LRP-Britas do Centro,SA.

A concessão do título provisório foi possível porque:

- A Câmara Municipal de Soure na reunião de 29 de Junho de 2009, deliberou aprovar a emissão de parecer favorável condicionado ao pedido de adaptação;

- A Assembleia Municipal de Soure na sessão ordinária de 30 de Junho de 2009, reconheceu o interesse público municipal do pedido de adaptação;

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Março de 2012

Posteriormente, a empresa LRP-Britas do Centro, SA apresentou ao Ministério do Ambiente novo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) que terminou com a emissão de Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionado, em 20.06.2011.

A primeira condicionante da DIA é a verificação do enquadramento do projeto no PDM.

Para que o projeto se enquadre no PDM é necessário que a planta de ordenamento seja alterada de modo a ampliar o espaço de indústria extrativa.

O ofício n.º DOTCN 950/11 de 25.05.2011 da CCDRC sobre a retificação ao artigo 47.º efetuada e publicada no Diário da República II série, n.º 128 de 6.07.2011, alertou da necessidade de alterar a planta de ordenamento para ampliação da área de “ espaços de indústrias extrativas” uma vez que o espaço envolvente, pela sua classificação, respectiva regulamentação e restrições de utilidade pública, não admitem, atualmente, a pretensa ampliação da pedreira existente.

Atualmente, a pedreira tem licença de exploração para uma área de 6 hectares e labora com licença de exploração provisória, emitida pela Direção Regional do Centro do Ministério da Economia e Inovação.

Tem no seu perímetro indústrias associadas, cujo licenciamento não é possível pela atual redação do n.º3 do artigo 47.º do PDM que apenas permite indústrias exclusivamente de apoio à indústria extrativa.

A experiência tem mostrado que, independentemente da ilegalidade das explorações e das indústrias, dos processos de contraordenação, estas continuam ativas de forma clandestina.

Apenas o licenciamento das pedreiras e das indústrias possibilita a fiscalização e posteriormente a reabilitação ambiental e paisagística do local.

A alternativa ao licenciamento é o encerramento, o que, caso acontecesse, deixaria muitos trabalhadores sem emprego, facto que originaria graves consequências socioeconómicas.

Apresentando-se a pedreira como geradora de riqueza e emprego no Município, não pode o PDM ser um entrave ao investimento, enquanto documento em si ou devido ao excessivo tempo que vigora sem que seja alterado.

Por isso, de forma a garantir uma capacidade de análise e de decisão em tempo útil de investimentos na área das indústrias extrativas é urgente e oportuno proceder a uma alteração ao PDM.

O n.º3 do art.º 47º do Regulamento do PDM de Soure apresenta a seguinte redação:

“3- Admite-se a instalação de indústrias da classe B nos locais das indústrias extractivas desde que exclusivamente de apoio a estas indústrias.”

Propõe-se, uma alteração à Planta de Ordenamento à escala 1:25 000 e à redação do n.º 3 do referido art.º 47.º, sendo sugerida a seguinte alteração:

“3- Admite-se a instalação de indústrias nestes espaços, desde que de apoio à indústria extrativa ou dependentes da matéria-prima”.

4. FUNDAMENTAÇÃO PARA A DISPENSA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 15 de Março de 2012

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º do D.L 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo D.L. n.º 58/2011, de 4/05, compete à entidade responsável pela elaboração do plano ou programa averiguar se o mesmo se encontra sujeito a avaliação ambiental.

Tendo a firma LRP-Britas do Centro, SA apresentado no Ministério do Ambiente, Estudo de Impacte Ambiental que terminou com a emissão de Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionado, verifica-se que a mesma contempla nas condicionantes, medidas de minimização e programas de monitorização que englobam todas as áreas do ambiente, desde os recursos hídricos subterrâneos, à qualidade do ar, ruído e resíduos.

Comparando o cenário atual com o cenário após ampliação da área de indústria extrativa na planta de ordenamento, conclui-se que este último se apresenta mais favorável.

Aliás, nas razões de facto e de direito que justificam a decisão da DIA, conclui-se na avaliação efetuada, que os impactes negativos identificados para a fase de exploração afiguram-se, de um modo geral, pouco significativos e minimizáveis mediante a concretização das condições constantes na DIA.

Deste modo, face à natureza da alteração do PDM, encontra-se fundamentada a inexigibilidade desta alteração do PDM ser sujeita a avaliação ambiental estratégica, uma vez que todas as questões ambientais estão acauteladas na DIA.

Nesta conformidade, propõe-se ainda que seja deliberado:

- a. Estabelecer o prazo de 180 dias para elaboração da alteração ao PDM (art.º 74º n.1 do RJIGT);
- b. Fixar o prazo de 15 dias para o período de participação pública preventiva (art.º 77º n.º 2 do RJIGT)²;
- c. Que a alteração proposta não será sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica (art.º 96º do RJIGT, conjugado com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/06 e respectivo anexo³

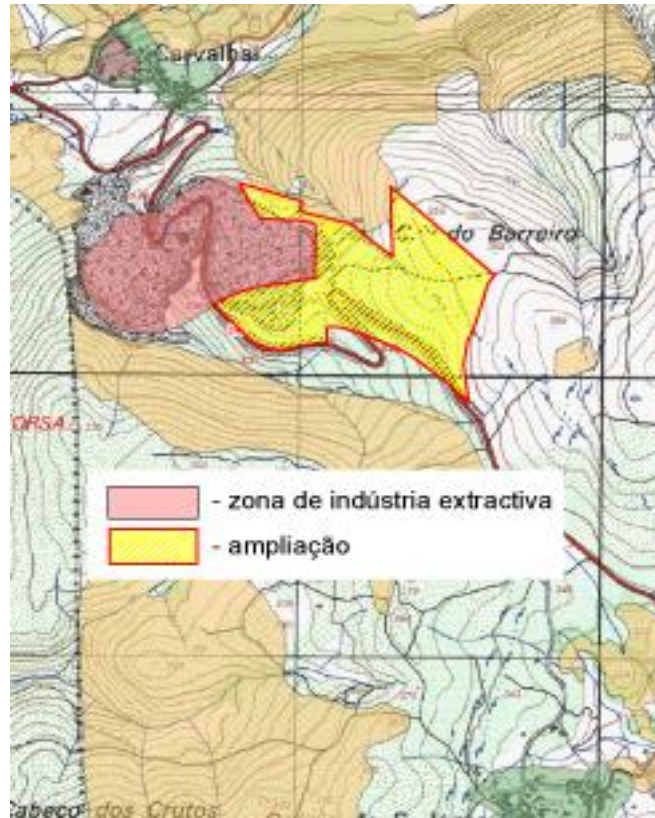
Planta de Ordenamento com a área que corresponde à reclassificação do solo agrícola e florestal para espaço de indústria extrativa.

¹Alterado e republicado pelo D.L. n.º 46/2009, de 20/02 com a redação que lhe foi conferida pelo D.L.n.º181/2009, de 07/08 e D.L. 2/2011, de 06/01.

²O prazo não deve ser inferior a 15 dias, destinado à formulação de sugestões e à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração do Plano.

³Regime Jurídico da Avaliação Ambiental de Planos e Programas (RJAAPP), alterado pelo D.L. n.º 58/2011, de 04/05.

*5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012*



(Chefe de Divisão de GUP - Maria José Oliveira Carvalhão)

(Técnica Superior - Dulce Helena Rocha Vieira)

O Senhor Presidente informou o Executivo que se tratava de apreciar uma proposta técnica relativa à terceira Alteração Parcial ao P.D.M. de Soure...Que, concretamente, se pretendia alterar o n.º 3 do art.º 47 do Regulamento do P.D.M. e a Planta de Ordenamento à Escala 1/25 000... Que, de acordo com a ambiência legal aplicável, nesta fase, o Executivo deveria definir os objectivos a prosseguir com esta Alteração, o prazo de elaboração da Alteração, o prazo para o período de Participação Pública Preventiva e que a Alteração proposta estivesse dispensada de Avaliação Ambiental Estratégica.

Após análise dos documentos técnicos, que se darão por integralmente reproduzidos na acta, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, nos termos aí previstos, designadamente:

*5.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 15 de Março de 2012*

- 1 - Determinar a elaboração da terceira Alteração Parcial ao Plano Director Municipal de Soure, ao abrigo do n.º 1 do art.º 74 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);*
- 2 - Estabelecer o prazo de 180 dias para a elaboração da Alteração;*
- 3 - Proceder a Publicitação desta deliberação, estabelecendo um prazo de 15 dias, contados a partir da data da Publicação no Diário da República para a formulação de sugestões e apresentação de informações que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração;*
- 4 - Dispensar de Avaliação Ambiental Estratégica a referida Alteração.-----*

Ponto 15. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA
. Proposta de Lei n.º 44/XII.
- Resolução do Conselho Directivo da ANMP

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 16. REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA
. Ensaio
- Delegação de Soure da Ordem dos Advogados

O Senhor Presidente referiu que: “ na sequência do convite do Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, realizou-se no passado dia 29 de Fevereiro uma reunião na sede da mesma... Nela estiveram presentes e participaram os Presidentes de Câmara de todos os Municípios “visados” pelo Ensaio, bem como Representantes da A.N.M.P. ...”

Foi tomado conhecimento.-----